



o
t
n
juncos
ao v e

Grazia
Deledda
tradução
Maria Augusta
Mattos

introdução

Maria Teresa Arrigoni

*Somos espanhóis, africanos, fenícios, cartagineses,
romanos, árabes, pisanos, bizantinos, piemonteses.
Somos as giestas de ouro amarelo que pendem nas trilhas rochosas
como grandes lâmpadas acesas.
Somos a solidão selvagem, o silêncio imenso e profundo
o esplendor do céu, a branca flor do cisto.
Somos o domínio ininterrupto do lentisco,
das ondas que escorrem os granitos antigos, da rosa selvagem,
do vento, da imensidão do mar.
Somos uma terra antiga de longos silêncios,
de horizontes vastos e puros, de plantas sombrias,
de montanhas queimadas pelo sol e pela vendetta.
Nós somos sardos.*

Noi siamo sardi, Grazia Deledda

Grazia Deledda é considerada uma das grandes romancistas italianas do início do século XX. Mas, se percorrermos alguns dos volumes de história da literatura italiana ou algumas das antologias menos recentes, nos surpreenderemos ao notar a total au-

sência de escritoras italianas ao longo dos séculos. De fato, com exceção de três nomes do século XVI, somente no início do século passado algumas escritoras começaram a ocupar um lugar de destaque na literatura italiana, entre elas Grazia Deledda. E atualmente pode-se falar de uma verdadeira redescoberta dessa autora, com recentes reedições de suas obras e ensaios críticos. A publicação de *Juncos ao vento*, em sua nova edição brasileira, com primorosa tradução de Maria Augusta Mattos, abre a possibilidade de participarmos desse movimento, explorando um contorno de vida de uma ilha pouco conhecida até de muitos italianos: a Sardenha, terra milenar e mítica, onde seres mágicos ainda espreitam os habitantes e antigos monumentos trazem os vestígios de um passado heroico.

Grazia Deledda publicou ao todo mais de trinta romances, bem como inúmeros contos – cerca de quatrocentos –, várias coletâneas de poesias, alguns ensaios e peças teatrais, além da tradução do romance *Eugênia Grandet*, de Honoré de Balzac. Mas o acontecimento que certamente projetou a autora e suas obras no fim dos anos 1920, após ter alguns de seus textos traduzidos, principalmente para o francês, foi o fato de ela ter sido indicada e agraciada com o Nobel de Literatura relativo ao ano de 1926, “por seus escritos idealisticamente inspirados que, com clareza plástica, retratam a vida como ela é em sua apartada ilha natal e com profunda compreensão tratam de problemas humanos universais”, como justificou a academia sueca.

Ao participar da premiação em Estocolmo, em 1927, Grazia Deledda tornou-se a primeira – e até hoje única – escritora italiana a receber esse prêmio, e a segunda mulher, depois da sueca Selma Lagerlöf, em 1909.

Apesar de seu reconhecimento internacional, não houve naquele tempo uma justa correlação entre seu público leitor fiel – que, imaginamos, ficava à espera de cada nova publicação dos fascículos de seus textos – e os críticos literários italianos, propensos a não reconhecer seu alcance como romancista. Daí a importância das reavaliações, como a do escritor Giuseppe Dessi, ao reconsiderar um juízo crítico emitido anteriormente, manifestando “a grande consideração pela mulher livre e resoluta, capaz de romper os esquemas e enfrentar com determinação tradições, mentalidades consolidadas e preconceitos para alcançar o objetivo prefixado de se tornar uma grande escritora”. E de afirmações de um estudioso italiano do calibre de Attilio Momigliano,

que considera o lugar de destaque ocupado por Grazia Deledda na literatura italiana traçando um paralelo de sua obra com a do russo Fiódor Dostoiévski: “Seus personagens se debatem em uma grandiosa e selvagem luta entre o bem e o mal, em uma revolta sem esperança contra o destino. Ela possui uma capacidade similar à de *Crime e castigo* e de *Irmãos Karamázov* de retratar a potência cativante do pecado como uma crise que libera de seu cárcere profundo todas as forças de um homem, as sublimes e as perversas, e acaba por elevar o espírito a uma esfera que talvez não alcançasse de outro modo”.

Nossa autora, Grazia Maria Cosima Damiana Deledda, nasceu em Nuoro, na parte nordeste da ilha da Sardenha, em 27 de setembro de 1871, um ano após o fim do processo de unificação italiana. Sua família possuía terras cultivadas por seu pai, Giovanni Antonio, que também se dedicava ao comércio. Sua mãe, Francesca, era uma dona de casa solidamente apegada aos costumes e às normas da sociedade e se ocupava do lar e dos sete filhos do casal. A menina Grazia frequentou a escola até o quarto ano, como deixou registrado em seu autorretrato *La vigna sul mare* (1932): “Eu tinha 11 anos e estava repetindo o quarto ano do ensino básico, não por ter sido reprovada, mas porque na minha então pequena cidade de Nuoro não havia naquele tempo outras classes para o ensino feminino...”.

Cursou, pois, um ano a mais do que era possível para as meninas e, a partir daí, dedicou-se a estudar por conta própria o que não pôde aprender por causa das imposições sociais de seu tempo. Já havia demonstrado em redações escolares sua propensão para a escrita, e não ter podido continuar os estudos foi um impedimento que ela em parte superou com as aulas particulares a que teve acesso durante certo tempo e que ampliaram seu contato com o idioma italiano. Grazia não teve a possibilidade de acompanhar a mesma formação clássica reservada aos homens, e quem quisesse, como ela, perseguir o sonho de ser escritora teria inevitavelmente que percorrer caminhos alternativos, contando com seu próprio gosto, adaptando-se às possibilidades e aproveitando ao máximo as ocasiões, como o acesso aos livros, por vezes, imprevisto. “Em outubro chega um novo professor de italiano. Chega com um baú cheio de livros e vai morar na casa de minha tia Paulina, bem em frente à nossa”, relata Grazia em *La vigna sul mare*. “E nesses livros que aos poucos migraram para minha casa eu continuei sozinha a adentrar a maravilhosa floresta florida da arte poética.”

Se a sociedade como um todo não via com bons olhos um comportamento fora dos padrões considerados aceitáveis para uma mulher, em família não era diferente, e a Grazia, a quem reprimavam estar continuamente mergulhada nos livros, não restou outra opção senão ler e escrever em segredo. Da mesma forma, sem contar a ninguém, enviou um conto de sua autoria a uma revista de moda em Roma, “que o publicou imediatamente, e não só isso, me pediram outro”. Chegou a se valer de um pseudônimo, Ilia di Saint’Ismail, mas consta que seu nome apareceu também, o que lhe valeu uma série de críticas e aborrecimentos, como desabafou em uma carta a um amigo, datada de 8 de junho de 1891: “Imagine, pois, minha mágoa, a primeira mágoa que senti quando, tendo sido publicados aqueles contos, por pouco não fui apedrejada pelos meus conterrâneos. Queriam saber de quem se tratava... Não paravam de falar mal de mim, de me ridicularizar”.

De seu pai, de quem possivelmente herdou o interesse pelas letras, escreveu, ao registrar sua própria vida em um romance, *Cosima*, publicado postumamente (1937). “Justo e bom era o senhor Antonio, e todos o amavam. Exercia sem querer, sem se aperceber, um fascínio benéfico em todos aqueles que se aproximavam dele. Todavia, sua palavra era simples e sem adornos; mas o som de sua voz que subia do profundo de sua alma toda verdade e indulgência era como uma música que exprimia o inexprimível. De resto, ele tinha certa cultura e era, no fundo, um poeta.”

Com outro tom, em uma carta de 1907, encontramos novamente a figura do pai e um pouco do que seriam os contatos com as pessoas de outros lugares: “Meu pai era um homem muito inteligente: poeta de improvisos em dialeto. De uma bondade incrível, ele conservava, talvez, a sua natureza de poeta também ao tratar dos negócios porque tinha confiança em todos, deixava-se enganar por todo mundo. A nossa casa era como uma espécie de pequeno hotel gratuito. De vinte vilarejos em redor de Nuoro vinham hóspedes que ficavam dois, três e até oito dias lá em casa. Eram tipos característicos: gente do povo, burgueses, padres, nobres, servos, dos quais eu conservo uma lembrança muito viva”.

O ambiente das conversas ao pé do fogo será uma parte marcante de sua infância, como Grazia lembrou em texto publicado na revista *Natura ed Arte*, em 1894, e retomado na coletânea *Leggende sarde* (1990): “*Contos de fuchile* – contos de família – com esse doce nome, que evoca toda a serenidade tépida das longas

noites familiares transcorridas ao redor da lareira paterna, são chamadas as fábulas, as lendas e todas as narrativas fabulosas e maravilhosas perdidas na névoa de épocas diferentes da nossa”.

Outros momentos de encontro com a tradição oral se deram em segredo, quando seu irmão Andrea a conduzia em cavalgadas noturnas até as *tancas* – terrenos quase sempre cercados que serviam para pasto dos ovinos –, onde transcorriam horas ouvindo os pastores e viajantes, em jornadas povoadas de seres fantásticos, muitos deles amedrontadores, de *aschisorgius* – os tesouros escondidos –, de histórias mistas de realidade e de sonho em que a presença dos mortos, vivos na memória e por vezes “presentes”, construía um imaginário todo *barbaricino*, daquela que era a Barbagia, sua região natal. No texto de apresentação das lendas da Sardenha encontramos um relato em tom bem coloquial, retomando esse aspecto do ideário sardo:

“Mais de um velho pastor que escapou milagrosamente das desgraças afirma ter visto o diabo, que assume formas humanas ou de um animal. Nas pequenas montanhas de Nuoro, as verdes e graníticas montanhas de Ortobene, que são talvez as mais belas de Logudoro, existe uma gruta misteriosa e profunda, cuja imensidade escura que leva ao inferno nunca teria sido explorada por ninguém, dizem. Um pastor quis experimentar uma vez visitá-la até o fundo, mas viu os demônios e fugiu. Lá se encontra um tesouro imenso, bilhões e bilhões em ouro e pérolas, e sua guardiã é uma pequena dama que está sempre tecendo o ouro, em um tear de ouro, vestida de ouro e com os cabelos de ouro. Oh, pequena dama de ouro! Quantas vezes a vi em sonho, com seu manto brilhante e seus cabelos de sol, na minha infância!

Os diabos são indispensáveis nas lendas sardas, também nas fábulas têm enorme participação e, em algumas, são até os heróis principais. Porém os sardos, como bons cristãos, designam sempre um papel odioso e, no mais das vezes, ridículo ao espírito do inferno, e se vingam assim do terror e do medo que o diabo incute.”

Cultura popular, encontro com pessoas de seu entorno, contato com as lendas e os costumes do povo sardo, tudo isso será motivo de reflexão sobre a região em que morava e ocasião de “compreender seu alcance cultural em sua especificidade e em suas potencialidades narrativas”, como analisa o ensaísta Giulio Angioni. Seu interesse pela cultura multifacetada de sua ilha levou-a a publicar, a partir dos 17 anos, uma série de contribuições

sobre as tradições de sua terra, mais tarde reunidas no volume *Tradizioni popolari di Nuoro* (1894), que traz a seguinte informação: “Damos início à série de tradições sardas com uma interessantíssima contribuição da senhorita Grazia Deledda, de Nuoro, não só cultora, mas eficaz promotora do folclore sardo”. E de sua cidade, Nuoro, ela escreveu: “É o coração da Sardenha, é a própria Sardenha com todas as suas manifestações. É o campo aberto onde a civilização incipiente combate uma luta silenciosa com a estranha barbárie sarda, tão exagerada do outro lado do mar. Nuoro é chamada em tom de brincadeira pelos jovens artistas sardos de ‘Atenas da Sardenha’. De fato, é relativamente o lugar mais culto e batalhador da ilha. [...] Injustamente as populações do *nuorese* têm uma triste fama, mais do que outros povos sardos, e são temidas também pelos outros habitantes da ilha. Nós aqui não queremos tecer-lhes um panegírico, mas dizemos somente que os *nuoresi* não são mais selvagens do que qualquer outro povo esquecido e abandonado a si mesmo.”

Nesses artigos, inicialmente publicados na *Rivista delle Tradizioni Popolari Italiane*, Grazia Deledda fala de sua terra natal, enfoca as orações, os juramentos, as superstições e menciona provérbios e falares, além de discorrer sobre os usos e costumes, e esse material vai também enriquecer seus romances. “*Come mi vedi, mi scrivi*”, como ela mesma explica, é “uma expressão local que significa: não tenho nada além do que estou vestindo”; ou ainda outra expressão: “*a cara bellu ja ses, traitore che a Zudas*”, que significa: “bonito de rosto, traidor como Judas”; e ainda “*zente paca bona festa*”, para dizer que “com pouca gente, a festa é boa”; os exemplos são inúmeros e muitos deles o leitor vai encontrar também em *Juncos ao vento*.

Essa pesquisa a respeito de sua região demonstra a preocupação com a língua, pois as expressões trazem a forma em língua sarda, tendo à frente a tradução em italiano, o que já demonstra uma preocupação em fazer conhecer a realidade de sua ilha aos leitores em um âmbito mais amplo e, mais tarde, ao escrever seus romances, a autora reproduziu em italiano em nota o significado de algumas das expressões sardas utilizadas pelos personagens. A respeito das imprecações, ela escreveu que “[...] em Nuoro as imprecações são muito utilizadas. Parece que a conversa, mesmo se em tom afetuoso e familiar, não pode se manter sem imprecações. São utilizadas quase como intercalações e na maioria das vezes são ditas sem más intenções”.

Alguns exemplos: “*Su corpu a sos corbos, s’anima a sos demonios*”, que significa “o corpo aos corvos, a alma aos demônios”; “*fai bene, molto bene, perché egli ha un malune pieno di monete, che il diavolo si porti via lui e il suo denaro*”, que quer dizer: “faz bem, muito bem, porque ele tem um pote de cortiça cheio de moedas, que o diabo o leve a ele e a seu dinheiro”; ou ainda: “*Sas manos siccas, lepre pelata!*”, ou “que suas mãos se encaranguem, lebre despelada!”.

Uma dessas imprecações, “*Mala jana ti jucat*”, que a própria autora traduz ao pé da letra – “que te atormente a fada malvada” –, refere-se a uma credence popular sarda de que nas grutas e escavações (“*sas dommos desas janas*”) da Sardenha moram minúsculas fadas, de índole má. Já “*sos maurreddos*” eram geniozinhos inócuos, um pouco simplórios até, mais encontrados na parte sul da ilha. Referências à existência e à presença das *janas* e dos duendes aparecem em várias outras obras da autora, não só em *Juncos ao vento*.

Neste livro encontram-se muitos exemplos do que foi dito intercalados ao texto, acrescentando-lhe uma cor muito local. E de fato, ao lermos as obras de Grazia Deledda, encontramos expressões ditas pelos personagens que nos fazem imediatamente lembrar quanto isso fazia parte do conjunto de tradições dos habitantes da região e como a autora manteve vivos esses registros.

Percorrendo as páginas do livro de Grazia Deledda sobre o folclore, nos deparamos, ainda, com costumes que remetem ao período em que à ilha foram impostas instituições medievais que perpetuaram a figura do servo. E em algum momento voltará à lembrança dos leitores, ao conhecerem o personagem emblemático do servo Efix, uma de suas explicações: “Aos servos dão-se entre 30 e 40 escudos ao ano e as botas; às servas, entre 12 e 30 escudos, mas elas ganham algumas liras nas festas e peças de vestuário nas ocasiões solenes, especialmente quando as filhas dos donos casam”.

Em seus comentários, a autora conta que quis descobrir o que se escondia por trás de esconjuros dos quais não sabia bem nem a origem nem a finalidade. Após certo tempo, conseguiu saber que eram usados, por um lado, para curar animais infectados pelos vermes e para expulsar insetos das plantações, e, por outro, como pragas lançadas aos inimigos ou desafetos, cujas terras poder-se-ia querer invadidas por formigas, gafanhotos ou alguma desgraça; outro tipo poderia servir para impedir que se atirasse

em animais ou, ainda, contra um animal predador para que não atacasse as ninhadas de outros, como a raposa, por exemplo, e tinham uma força tal que as mulheres grávidas não deveriam estar por perto sob pena de perderem a criança.

A respeito dos *sos verbos*, ou *verbos*, escreveu: “Trata-se de medicamentos e esconjuros sobrenaturais, sim, mas não como se pensa. Nada de sacrílego ou diabólico. São na verdade rituais pagãos, com reminiscências dos rituais druídicos. Certamente são tradições antiquíssimas, anteriores aos sarracenos, aos latinos e aos cartagineses, que os sardos souberam conservar por meio de tantos acontecimentos e de tantas misturas de povos”.

O interesse da jovem escritora pelos costumes e falares de sua região traz à tona ecos de eras longínquas que poucos até então haviam explorado, salvo alguns raros estudiosos ou viajantes de cujas obras ela mostra ter tido conhecimento. Ao citar os povos que estiveram na Sardenha, ela nos remete ao passado dessa ilha mediterrânea, hoje destino turístico valorizado em suas belezas naturais e ocupado, principalmente em seu perímetro costeiro, por mansões de personalidades do mundo do cinema e do *jet set* internacional. Entender um pouco da vida da ilha como entidade milenar nos ajuda a sentir essa presença nos escritos de Grazia Deledda em suas contínuas menções a essa herança que permeia a vida dos habitantes da ilha, nos símiles que aproximam personagens das antigas rainhas.

A Sardenha, ilha do Mediterrâneo ocidental, com pouco mais de 24 mil quilômetros quadrados, situa-se bem próximo à Córsega e, no que se refere ao continente, entre as regiões da Toscana e da Campânia. Atualmente é uma das cinco regiões autônomas da Itália e como tal possui um estatuto diferenciado com relação à maioria das províncias continentais. Mas, como veremos, nem sempre foi parte integrante da península.

Se quisermos pensar em tempos muito remotos (2200-1500 a.C.), a ilha conheceu uma civilização, dita nurágica, em cuja mitologia encontramos seus heróis fundadores, Iolaus, Norax e Sardus (este último filho de Hércules, daí o nome de Sardenha e também o nome escolhido por Grazia Deledda para o primeiro de seus dois filhos). Dessa civilização de cunho agropastoril em um primeiro estágio e posteriormente conhecedora das técnicas cerâmicas, metalúrgicas e comerciais, temos muitos vestígios em forma de estatuetas de bronze, os ídolos primitivos, cerâmicas, tumbas, fontes votivas e, sobretudo, com a presença das sólidas

construções em formato cônico, os nuragues, erguidos com grandes pedras, sem revestimento, formando anéis que iam diminuindo em forma de torre, ainda hoje vistos em vários pontos da ilha. Em muitos momentos, essa presença milenar se materializa nas narrativas deleddianas.

Tais assentamentos, que se mantiveram presentes pelos nuragues, precederam os dos fenícios (séculos IX-VII a.C.) e subsistiram nas regiões mais ao norte, especialmente nas partes mais internas da ilha. Depois dos fenícios que ali ficaram cerca de seiscentos anos, foi a vez dos cartagineses, os quais obtiveram a posse da ilha por meio de um tratado com Roma (348 a.C.). Dessa forma, as entidades sagradas dos cartagineses também passaram a compor o universo mitológico dos sardos, embora nas partes mais internas subsistissem os rituais mais antigos.

Num momento posterior, coube aos romanos tomar a ilha e transformá-la em província (227 a.C.), assim como fizeram com a Córsega, o que não ocorreu nem de forma pacífica nem instantaneamente, já que tiveram de enfrentar uma série de revoltas e batalhas, sufocadas devido a sua superioridade militar. Em muitas ocasiões, os habitantes locais viram-se perdidos por causa da supremacia das forças romanas e refugiaram-se nas partes mais internas da ilha, dedicando-se ao pastoreio. Essas regiões – entre elas a Barbagia, onde se encontra Nuoro – tornaram-se um foco de resistência ao longo dos séculos, dado que as zonas costeiras sempre foram mais afetadas pelos diferentes invasores.

Embora a longa dominação romana tenha trazido alguns benefícios para a população da ilha, na forma de estradas e aquedutos, e certo período de paz, com relativa prosperidade, o que os invasores praticaram foi a apropriação sistemática das riquezas agrícolas e minerais (chumbo, ferro e prata) da ilha, além de seus alimentos (trigo), sem levar um real desenvolvimento a seus habitantes. Com esse domínio, houve também a adoção da língua latina, que passou a ocupar o lugar do cartaginês.

Em 476 d.C., os vândalos que saquearam Roma também invadiram a Sardenha em suas regiões costeiras e durante oitenta anos lá se estabeleceram, enquanto as regiões mais internas ficaram preservadas. Na sequência, a ilha passou para o domínio bizantino (534 d.C.): os monges difundiram o cristianismo e a língua oficial passou a ser o grego bizantino para os decretos, ordens militares e rituais religiosos. Árabes lá estiveram por volta do ano 752 e conseguiram conquistar parte da ilha.

Com o abandono da parte de Bizâncio, começou, então, um período – do século IX ao XIV – em que foram formados os quatro *giudicati*, espécies de reinos independentes, comandados por reis-juizes. Foi durante esse tempo que a língua sarda floresceu e o catolicismo se expandiu. Embora tenhamos poucos documentos a respeito, foi grande a influência das repúblicas marítimas de Pisa e Gênova, que se uniram aos sardos contra uma nova investida dos árabes da Espanha (1015-1516). Ao longo de duzentos anos, a Sardenha foi se aproximando do universo cultural italiano. Pisa acabou por conquistar dois dos *giudicati* (Cagliari e Gallura) e um terceiro foi repartido entre as famílias dos genoveses e toscanos (Doria, Malaspina). Aquele que mais resistiu como independente foi o *giudicato* de Arborea, até quando o papa Bonifácio VIII concedeu ao reino de Aragão a *licentia invadendi*, o que levou ao estabelecimento do sistema feudal na ilha. O catalão passou a ser a língua oficial e foi um longo período de miséria para os habitantes da Sardenha, submetidos a impostos gravosos, sem um comprometimento dos governantes em promover o desenvolvimento e a melhoria de vida de seu povo. Ao catalão segue o castelhano (século XVII), e a ilha passou a ser o reflexo da cultura espanhola, com a importação de usos e costumes que em muitos momentos se refletem nas obras de Grazia Deledda.

No século XVIII, por causa de questões hereditárias, a Sardenha passou para o domínio dos Saboia, reis do Piemonte, e tem início sua inserção no âmbito da italianização promovida a fim de integrar as regiões e combater o uso do espanhol. Afirmar-se, assim, a língua italiana, com os intelectuais e funcionários vindos do continente, com a difusão de revistas culturais e com a circulação de traduções em italiano de obras literárias estrangeiras. Mas, apesar de dar nome ao reino, na realidade a Sardenha continuou sendo uma colônia, visto que principalmente suas riquezas minerais foram exploradas com maior intensidade.

Aquela situação de pobreza e de abandono da Sardenha, que datava de séculos, não melhorou nem mesmo com a unificação da Itália a partir de 1871 e chegou a ficar pior com a crise que atingiu os rebanhos bovinos e a agricultura, em especial no setor do cultivo de azeitonas. Nas palavras de Antonio Gramsci, podemos perceber quanto a Sardenha, inserida no contexto do desequilíbrio econômico entre o norte e o sul do país, tenha sofrido com as medidas políticas após a unificação: “A ‘miséria’ do sul da Itália era ‘inexplicável’ historicamente para as massas populares do

norte, que não entendiam que a unidade não havia ocorrido com base na igualdade, mas como hegemonia do norte sobre o *Mezzogiorno* na relação territorial de cidade-campo, ou seja, que o norte concretamente era um ‘organismo predador’ que enriquecia à custa do sul e que seu incremento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridionais”.

Em um contexto depauperado e abandonado a si mesmo, apresentaram incremento dois fenômenos: o aumento do fluxo de emigração e outro cuja origem se perdeu no tempo, o bandidismo, que, ao lado da ancestral *vendetta*, foi causa de preconceitos em relação aos sardos. Daniela Squarzanti, professora do Departamento de Italiano da Universidade de Manouba (Tunísia), condensa algumas dessas questões – presentes em muitos dos romances deleddianos – relacionadas àquela realidade sarda e em especial à dos moradores da Barbagia, terra natal de Grazia Deledda, segundo ela “uma das regiões então mais inacessíveis da ilha e, portanto, preferida pelos bandidos, a quem fornecia um refúgio seguro”. E continua: “Mas não podemos esquecer que os bandidos nem sempre eram malfeitores sanguinários e cruéis, mas por vezes eram vítimas de abuso de poder ou eram devedores inadimplentes que não conseguiam devolver as quantias com juros emprestadas pelos usurários, outra mazela da sociedade sarda, e não tinham outra saída senão a fuga para as montanhas. [...] Além da miséria endêmica, a população tinha de suportar epidemias e doenças como a malária, a tuberculose e o tracoma [...] e possuía um vergonhoso recorde de analfabetismo”.

Voltando ao breve perfil de Grazia Deledda, ela continuou a manter vivo seu intento de leitora e autodidata com um leque de leituras que incluíram a Bíblia, Homero e, ousado dizer, Dante, além de vários autores italianos, e ainda as obras estrangeiras – de autores como Víctor Hugo, Honoré de Balzac, Liev Tolstói, Dostoiévski – à medida que foram sendo traduzidas para o italiano. Após suas primeiras experiências literárias, prosseguiu o caminho que havia traçado para si ainda jovem e que sintetizou em uma de suas cartas: “Em breve terei 20 anos, com 30 quero alcançar minha meta, que é criar por mim mesma uma literatura completa e exclusivamente sarda”. Em 1900, conheceu seu futuro marido, Palmiro Maldesani, durante uma viagem que fez a Cagliari, e após o casamento se transferiu com ele para Roma. Lá, Grazia Deledda, que de fato aos 30 anos já havia publicado

uma série de obras sempre com enfoque na Sardenha e mais especificamente na sua região dos montes do *nuorese*, teve ocasião de conhecer e se corresponder com importantes escritores e críticos literários – como Edmondo de Amicis, Luigi Pirandello, Emilio Cecchi, Sibilla Aleramo, Luigi Capuana, Federico Tozzi, Ada Negri –, e, segundo alguns críticos, teria sido esse distanciamento físico de seu objeto literário um dos motivos que teriam permitido a ela melhor senti-lo e descrevê-lo. O leitor de *Juncos ao vento* poderá perceber esse diálogo visceral com sua terra, embebido de uma melancolia que chega ao sofrimento, pontilhado de alguns raros momentos de vestígios de luz, diante de um destino que parece traçado desde o início.

Foi a partir de sua ida para Roma que Grazia Deledda produziu a maior parte dos seus romances, praticamente um a cada ano, muitos em fascículos antes de serem publicados em volume, além das coletâneas de contos, e lá conduziu uma vida tranquila e até certo ponto retirada, dedicando-se aos cuidados de seus dois filhos, Sardus e Franz. Faleceu em 15 de agosto de 1936 e repousa na Igreja da Solidão, em Nuoro.

Se, como dissemos, sua produção literária se concretizou em Roma, já em 1896 tivera uma recepção favorável da crítica pelo seu romance *La via del male*, da parte de Luigi Capuana, escritor italiano considerado o principal teórico do verismo,¹ movimento que a influenciou, sem que, contudo, suas obras possam ser rotuladas como tais, ou enquadradas nos cânones do decadentismo,² encaminhando-se posteriormente para romances de caráter mais psicológico. Talvez por causa disso, nas palavras do crítico italiano Carlo Bo, Grazia Deledda possa ser considerada “a escritora mais livre que o século teve”.

Em 1900, saiu em capítulos, na prestigiosa revista literária *Nuova Antologia*, a obra que marca o início da série de romances deleddianos mais conhecidos do público: *Elias Portolu* (1903). Nessa obra, temos a trajetória do personagem que dá nome ao romance, desde seu amor por Maria Madalena, noiva de seu irmão, até sua

1. Uma derivação do naturalismo, o verismo saiu do ambiente urbano e dirigiu o olhar às pessoas simples com seus falares populares. Floresceu na Itália no fim do século XIX e seu intérprete mais conhecido é Giovanni Verga, autor de *I Malavoglia*.

2. Na Itália, seu principal representante foi Gabriele D’Annunzio.

decisão de se tornar padre, que ele mantém mesmo quando o marido dela falece. No nome bíblico de Maria Madalena, está presente o simbolismo do amor-tentação, e será nesse eixo que oscilará o personagem principal, escolhendo por fim abandonar o primeiro para não sucumbir à segunda, da mesma forma que escolherá a segurança do sacerdócio para fugir das incertezas da vida. Segundo a análise de Barbara Pasqualetto, “seu alcance trágico está na consciência de quão enganadora e hipócrita é a percepção do destino, inevitavelmente mesclada como está ao cálculo humano por um lado e à própria incapacidade pessoal do outro”.

Giacinto Spagnoletti, professor e crítico literário, fez a seguinte consideração na introdução a uma edição dos romances deleddianos de 1997: “Os personagens de Deledda se movem no interior de uma cotidianidade que se repete imutável, ao ritmo constante de trabalhos sazonais, festas tradicionais [veja em *Juncos ao vento*] e antigos rituais agrestes, entre escorços de paisagens e interiores domésticos, superando o esforço de cada dia e uma imensa, profunda solidão.

De 1904 é *Cenere* [Cinzas] – adaptado para o cinema com a diva italiana Eleonora Duse –, um romance em que o protagonista, Anania, se depara com os sentimentos conflitantes decorrentes da escolha entre o casamento com Margherita, moça rica que representaria também sua ascensão social, e cuidar de sua mãe, Olì, no sentido de resgatá-la por dever, não por sentimento. Olì, que havia abandonado o filho e de cuja conduta circulavam referências não muito boas, reaparece para sair de cena de modo trágico, o que não impede que o sonho do filho se desfaça. E, no desfecho, o dualismo do pensamento de Anania: “Sim, tudo eram cinzas: a vida, a morte, o homem; o próprio destino que a produzia. Todavia [...] lembrou-se de que entre as cinzas muitas vezes se oculta a centelha, semente da chama luminosa e purificadora, e teve esperança, e amou mais a vida”.

Interessante notar que, na descrição que a autora faz de Olì, vemos que “era uma moça de 15 anos, alta e bela, com dois grandes olhos felinos, esverdeados e um pouco oblíquos, e a boca voluptuosa, cujo lábio inferior, partido no meio, parecia formado por duas cerejas”, o que nos faz imediatamente pensar no quê de dissimulado compondo a sensualidade da nossa Capitu machadiana.

Depois de *Nostalgia*, de 1905, a autora escreveu *L’Edera* [Hera], de 1906, obra traduzida para o francês e o alemão, que teve a aprovação do público antes mesmo de ser publicada em volume, o que

Ihe valeu uma reedição pouco tempo depois. Esse romance trata da família De Cerchi, nobres falidos como resultado do esbanjamento promovido principalmente por Paulu, que se relaciona em segredo com Annesa, uma jovem acolhida na família. A única saída para a situação desastrosa estaria nas mãos do idoso dom Zua, que se recusa a cobrir o rombo da hipoteca familiar. O ato trágico que Paulu ameaça fazer com sua própria vida, Annesa o realiza com a vida do velho dom Zua e passa a viver foragida nas montanhas. Volta a morar na casa dos De Cerchi depois da insistência de Paulu, e, assim, “a hera vai novamente unir-se ao tronco”, sem que isso tenha o significado de um final feliz. Ao longo da trama, aparecem vários termos e trechos em sardo, como no cantarolar de Paulu, por sinal diminutivo de Paolo, outra característica da língua: *Sas aes chi olades in s'aèra./ Mi azes a jucher un'imbaseciata...* [Oh, pássaros, vocês que voam no ar/ trarão uma mensagem para mim].

Ou o termo *bajanas* em lugar de solteironas, quando as moças se unem em redor de Paulu. Ou, ainda, em estrofes de canções, como: *Si sar muntagnas fin de maccarones./ E i sar baddes de casu frattadu...* [Se as montanhas fossem de macarrão/ e os vales de queijo ralado].

Grazia Deledda fez, pois, um resgate de sua língua materna, na forma de provérbios e falares, do mesmo modo que Giovanni Verga fez com o siciliano, em parte como elemento constitutivo do verismo, como resgate fiel da linguagem dos personagens; mas, no caso de nossa autora, sabemos quanto era importante resgatar e projetar a cultura sarda para além dos limites da ilha e da Itália, e é interessante notar como bem recentemente o uso do sardo, reconhecido como língua neolatina, tem sido objeto de projetos de lei para sua valorização. Consta que uma comissão da região autônoma da Sardenha estuda desde 2005 a proposta da possibilidade de redação de atos administrativos com a utilização de *sa limba sarda*.

Juncos ao vento (1913) foi precedido por *Colombi e sparvieri* (1903), que, segundo Giuseppe Mussi, “é muito rico de citações e referências literárias; nele aparecem os nomes de Tolstói e Schopenhauer, os personagens leem e recitam d’Annunzio e interpretam *Fausto*, de Goethe”. E, acrescenta, a trama do romance remete a *Humilhados e ofendidos*, de Dostoiévski, em que a dimensão interior predomina sobre a exterior.

Muito mais poderia ser dito a respeito dos outros romances, dentre os quais destaco *Le colpe altrui* (1914), *Marianna Sirca* (1915), *L'incendio nell'uliveto* (1918), *La madre* (1920) – prova da

redescoberta de Grazia Deledda é a adaptação desse romance para filme, dirigido por Angelo Maresca (2014) –, *Il segreto dell'uomo solitario* (1921), *La fuga in Egitto* (1925), *Il vecchio e i fanciulli* (1928), *L'argine* (1934), além dos dois últimos, editados postumamente, *Il cedro del Libano* (1939) e *Cosima* (1937), a autobiografia romanceada.

Nosso olhar, que pretendeu acompanhar a autora pelas vertentes e furnas dos montes Ortobene, na Barbagia sarda, passando perto dos nuragues milenares, ouvindo os ecos das *tancas*, para espiar, de longe, os *banditi* e acompanhar a vida de alguns dentre os tantos personagens criados pela imaginação-memória-compaixão-criatividade deleddiana, vai se dirigir agora ao sussurrar do vento movendo os juncos e convidar os leitores a segui-lo no universo de *Juncos ao vento*. Um olhar que quer ser mais leitura que análise, pois da leitura vem o prazer único de vivenciar o que nossa autora provocou ao condenar o papel à obediência com os traços de sua pena.

Em *Juncos ao vento*, certamente seu romance mais conhecido – e adaptado para a televisão italiana em 1958 –, vamos nos deparar com uma narrativa sem definições de tempo, mas cujo tempo se desenrola com o desenrolar dos destinos dos personagens, com o servo Efix, cujo nome retoma o de Santo Eféso, primeiro mártir da ilha, as irmãs Ruth, Ester, Lia e Noemi, da nobre e falida família Pintor, o jovem Giacinto, a moça Grixenda, o rico dom Predu e o enriquecido Milese, as velhas Kallina, a agiota, e Pottói, além das servas Natòlia, Stèfana e Pacciana.

Desde a primeira página, se faz presente uma religiosidade que se traduz na busca de Deus, na presença de Deus, e o mesmo Deus que castiga (“*era il castigo di Dio su lui*”) e que tudo sabe (“*Dio sa cio che facciamo*”) é quem proverá; e se reparte na necessidade do perdão, nas orações e nos rituais, nas imagens sacras – reparem na Madalena e na *Madonnina* – que compartilham o sentimento das pessoas em sua presença.

Um papel amplo e profundo ocupa no romance a questão do pecador em seus desdobramentos em remorso e penitência, na tentativa de reconquistar uma paz perdida ou desde sempre desejada. Grazia Deledda escreveu em uma de suas cartas que não olhava para o pecado, e, sim, para o pecador, que não consegue vencer o desejo, dominar a paixão; e lê-se nas entrelinhas de sua obra que é aqui na terra, ao longo da vida, que tudo se faz e tudo se paga. As pequenas e grandes culpas, os segredos guardados no

fundo da alma constroem o gatilho do remorso e corroem continuamente o indivíduo. Novamente é Spagnoletti quem afirma: “Ambientadas predominantemente entre Nuoro e as montanhas circunstantes, as histórias narradas pela escritora sarda são construídas em cima de dramas intensos de amor, ciúme e morte, no desencadeamento de paixões arrebatadoras em um contexto social e humano dominado por leis arcaicas, impulsos ancestrais, tabus sedimentados na psique individual e coletiva permeados com uma forte religiosidade e com um misterioso sentido moral da culpa e do pecado”.

Também não podemos deixar de perceber, nós, leitores, quanto a Bíblia tem uma presença marcante em *Juncos ao vento* – assim como em outras obras deleddianas – e não somente como livro, nas mãos de Ester que o lê, mas nos ecos que percorrem a obra como um todo, a começar pelo título, na metáfora dos juncos que se desdobrarão em presença constante até podermos considerá-los personagens, no nome das irmãs, nos símiles que evocam cenas conhecidas e nas histórias contadas por outros personagens que trazem a rainha de Sabá, o rei Salomão, Jacó, Tobias. Ao mesmo tempo, o elemento pagão, milenar, perpassa o romance, imbricado com o cristão, participando das dicotomias entre a fé e a superstição, o calvário e a libertação, os santos e os espectros, a realidade e o delírio no mesmo espaço em que se movem os personagens. Como neste trecho: “Ao amanhecer, ouviu-se uma cantilena distante: uma procissão subiu do vale e num instante as pedras se cobriram de branco e de vermelho, os arbustos floriram de rostos de meninos sorridentes e, sob os azinheiros, os velhos pastores ajoelhavam-se como druidas convertidos”.

Outra presença marcante é a da natureza, que se personifica em cores e flores de acordo com o momento, com o humor e os sentimentos dos personagens e com a densidade da trama. A mesma natureza que de dia permite a interação com o homem, mas à noite parece viver nova vida, voltando a ser o refúgio dos seres milenares, os duendes, as fadas, os fantasmas, os vampiros e os espíritos. E cabe ao homem se retirar, qual invasor, e se refugiar em sua cabana, em sua casa, protegendo-se do que não é humano e ao mesmo tempo respeitando o espaço e o momento dessa população primordial. Escreve Deledda: “O homem não tinha o direito de perturbá-la com sua presença, do mesmo modo como os espíritos a respeitaram durante o trajeto do sol. É, então, tempo de retirar-se e fechar os olhos sob a proteção dos anjos da guarda”.

Ao apresentar seus personagens, a autora utiliza, a meu ver, um módulo que praticamente se repete: as descrições são sucintas, apontam traços marcantes e parecem refletir a impressão que temos quando encontramos alguém pela primeira vez. Assim, não devemos nos apressar e temos de colher ao longo da leitura os olhos, o tipo de andar, a altura e o que mais nos será dito a respeito de um ou de outro, como de Noemi, com seus “olhos líquidos e frios”. É como se olhássemos para uma pessoa um pouco a cada novo encontro, juntando aqui e ali suas características.

Podemos perceber também em *Juncos ao vento* aquela utilização de termos e provérbios, canções e imprecações em língua sarda que já mencionamos, acompanhados da tradução em italiano nas breves notas de rodapé inseridas pela autora. Um aspecto que nem sempre caiu no gosto de alguns críticos, este de escrever em italiano em um modo que imita o sardo, com inversões do tipo: “*Cuore, bisogna avere*”. Outros teceram comentários a respeito da simplicidade de sua escrita, que estaria relacionada a seu bilinguismo sardo-italiano, praticamente pelo fato de pensar em sardo e traduzir para o italiano ao escrever. Acredito que, quanto a sua narrativa, dois aspectos mereçam ser considerados. O primeiro é que realmente seu estilo parece ser propositalmente coloquial, como quem conta uma história para um grupo sentado ao redor do fogo, o que em nada a desmerece. Como em: “Dois homens estavam subindo pela estrada e, enquanto um estava sentado num pequeno camelo, o outro se vergava num grande gafanhoto cujas asas pareciam fazer com que os pés compridos do cavaleiro fossem para baixo e para cima. O clarão da fogueira, à medida que os dois subiam, iluminava, porém, as suas figuras misteriosas, e a primeira era a de Efix num cavalo com uma corcunda de alforjes e travesseiros, e a outra, a de um forasteiro cuja bicicleta cintilou vermelha ao atravessar voando o pátio”.

O segundo é que, à medida que prosseguimos na leitura, embora em estilo “simples”, nos damos conta de que, em certos momentos, somos interrompidos com um “eis que”, um “agora”, como num corte cinematográfico, ou numa entrada teatral, que parece estar acontecendo no presente, no instante em que se lê. É como se naquele momento a narração fosse trazida para fora do “já passado” e estivesse no “agora”, quase nos fazendo erguer os olhos do livro para ver quem está chegando, quem está interrompendo a cena. E, reparem, causando uma quebra proposital em uma passagem por demais tenso ou triste.

Outras vezes, a quebra da linearidade narrativa com a introdução do tempo presente faz com que compartilhem as visões, os pensamentos ora de um, ora de outro personagem, quase sempre nos poucos momentos se não felizes, menos infelizes. “As mulheres cantam, os pássaros cantam [...]. Tudo está novo, tudo está lindo.” Visitamos a memória, vivenciamos as lembranças da mesma forma e ao mesmo tempo que o fazem eles e elas que se materializam na leitura que realizamos.

O que dizer dos juncos? O junco, com toda a sua simbologia de fragilidade e força, se dobra sob a força do vento, mas retoma seu prumo e continua, não se entrega. Simboliza a humildade no ato de se curvar. Catão, no “Purgatório” da *Divina comédia*, diz a Virgílio para lavar o rosto de Dante, recém-saído do inferno, e em seguida cingi-lo com juncos. No romance, parece que os juncos estão por toda parte, mesmo quando não são nomeados. Nos momentos em que os personagens, particularmente o servo Efix, não se encontram junto à natureza, os objetos feitos das folhas de junco parecem continuar a perpetuar sua presença: os cestos, os jiraus, as esteiras. Se tivessem olhos, estariam a observar os humanos em seus movimentos cotidianos e, por vezes, fatídicos.

A um junco é comparada a silhueta de Lia, entre os juncos passam as nuvens, os juncos compõem o ramalhete com as flores nos campos, recebem as cores do nascer e do pôr do sol. Os juncos estão vigilantes, é preciso “estar atento como os juncos das encostas, que a cada sopro de vento batem as folhas umas nas outras, como para se advertirem do perigo”. Mas não é somente isso, pois os juncos sussurram preces, gemem, murmuram e se mimetizam no pensamento, no sofrimento, na memória. Tem-se a impressão de que a companhia que nos fazem os juncos ao longo do romance se expande e chega a envolver-nos a todos nas palavras do servo Efix à sua velha patroa, dona Ester, na mais emblemática de suas reflexões, na união junco-homem-destino, que o leitor sem dúvida reconhecerá.

Talvez para nós, leitores deste século, faça mais sentido pensar em sermos senhores de nosso destino e capazes de viver sem mágica e sem divindades, sem remorsos ou penitências, mas Grazia Deledda, nesse seu saber contar histórias, remete a sentimentos humanos universais, a dúvidas que lá no fundo permanecem, a buscas ancestrais que não se enquadram neste ou naquele século. Em *Juncos ao vento*, pois, Grazia Deledda nos presenteia, a seu modo, com o que sabe bem fazer: contar histórias.

MARIA TERESA ARRIGONI é especialista em Literatura Italiana, mestre em Língua e Literatura Italiana pela Universidade de São Paulo e doutora em Tradução pela Universidade Estadual de Campinas. Aposentou-se como professora da Universidade Federal de Santa Catarina.

capítulo primeiro

O dia todo, Efix, o servo das senhoras Pintor, tinha trabalhado para reforçar o dique rudimentar, construído por ele aos poucos, durante anos e à custa de muito trabalho, ao longo do rio, lá no finalzinho do sítio. Ao cair da tarde ele contemplava sua obra do alto, sentado diante da cabana ao sopé da encosta verde-pálida de juncos da Collina dei Colombi.

Assim via, aos seus pés, silencioso e cintilante, aqui e ali, pelas águas no crepúsculo, o sítio que Efix considerava mais seu que das patroas: trinta anos de posse e de trabalho o tinham transformado em propriedade sua, e as cercas vivas de figos-da-índia que a fechavam de alto a baixo como dois paredões cinza serpenteando de pedra em pedra, da colina até o rio, pareciam-lhe os limites do mundo.

O servo não olhava para além da propriedade, principalmente porque os terrenos de um lado e do outro já tinham sido de suas patroas: para que recordar o passado? Lamentação inútil. Melhor pensar no futuro e confiar na ajuda de Deus.

E Deus prometia uma boa safra, ou pelo menos fazia recobrir de flores todas as amendoeiras e os pessegueiros do vale; e este, entre duas filas de colinas brancas, forrado de vegetação primavera-veril, de águas, de matas e de flores, tendo a oeste as longínquas

montanhas azuladas e, a leste, os mares, dava a ideia de um berço coberto por véus verdes e fitas azuis, com o murmúrio do rio monótono como o de um bebê que adormece.

Mas os dias já estavam quentes demais e Efix pensava, também, nas chuvas torrenciais que enchem os rios sem contenções e os fazem saltar como um monstro e destruir todas as coisas: confiar sim, mas desconfiar também; é preciso estar atento como os juncos das encostas, que a cada sopro de vento batem as folhas umas nas outras, como para se advertirem do perigo.

Por isso tinha trabalhado o dia todo, e agora, à espera da noite, enquanto, para não perder tempo, tecia uma esteira de juncos, rezava para que Deus tornasse útil seu trabalho. O que é um pequeno dique se Deus não o torna, com seu querer, colossal como uma montanha?

Sete juncos cruzando um vime, portanto, e sete orações ao Senhor e a Nossa Senhora do Remédio, bendita seja. E eis, lá no extremo azul do crepúsculo, a igreja e os casebres silenciosos como um povoado pré-histórico abandonado há séculos. Àquela hora, enquanto a lua nascia como uma grande rosa entre os arbustos da colina e as eufórbias perfumavam o caminho ao longo do rio, também as patroas de Efix rezavam: dona Ester, a mais velha, bendita seja, certamente recordava-se dele, pecador, em suas orações: isso bastava para que ele se sentisse contente, compensado de sua labuta.

Um passo ao longe fez com que ele erguesse os olhos. Pareceu reconhecer: era um passo rápido e leve de criança, passo de anjo que corre a anunciar as coisas alegres e as tristes. Seja feita a vontade de Deus: é Ele quem manda as boas e as más notícias; mas seu coração começou a acelerar e seus dedos negros e rachados tremeram com os juncos prateados e brilhantes ao luar como fios de água.

O passo não mais se ouvia, todavia Efix permaneceu imóvel, à espera.

A lua subia diante dele, e as vozes da noite avisavam o homem de que sua jornada tinha acabado. Era o grito cadenciado do cuco, o cri-cri dos grilos temporãos, alguns gemidos de pássaro; era o suspiro dos juncos e a voz cada vez mais clara do rio, mas era, sobretudo, um sopro, um ofegar misterioso que parecia sair da própria terra. Sim, a jornada do homem trabalhador tinha acabado, mas começava a vida fantástica dos duendes, das fadas, dos espíritos errantes. Os fantasmas dos antigos barões desciam das

ruínas do castelo que ficava sobre o vilarejo de Galte, lá longe, no horizonte à esquerda de Efix, e percorriam as margens do rio à caça de javalis e de raposas. Suas armas cintilavam em meio aos baixos amieiros da beira, e o latido abafado dos cães distantes indicava que eles estavam passando.

Efix ouvia o barulho que as *panas* (mulheres mortas no parto) faziam ao lavar roupa lá embaixo, no rio, batendo os tecidos com um osso de defunto, e acreditava vislumbrar o *amattadore* (duende com sete gorros nos quais guarda um tesouro) saltar aqui e acolá no bosque de amendoeiras, seguido pelos vampiros de rabo de aço.

Era a passagem dele que despertava o cintilar dos ramos e das pedras sob a lua, e aos espíritos malignos se uniam os das crianças não batizadas, espíritos brancos que voavam pelo ar transformando-se nas nuvenzinhas prateadas atrás da lua. Os anões e as *janas*, pequenas fadas que durante o dia ficam em suas casas de pedra a tecer com fios de ouro em teares de ouro, dançavam à sombra das grandes touceiras de filírea, enquanto os gigantes se debruçavam entre as pedras das montanhas atingidas pelo luar, segurando pela rédea os enormes cavalos verdes que somente eles sabem montar, espiando se lá embaixo, entre as extensões sem fim de eufórbia maléfica, se escondia algum dragão ou se a lendária serpente *cananèa*, viva desde os tempos de Cristo, deslizava na areia ao redor do pântano.

Especialmente nas noites de lua, toda essa população misteriosa animava as colinas e os vales: o homem não tinha o direito de perturbá-la com sua presença, do mesmo modo como os espíritos a respeitaram durante o trajeto do sol. É, então, tempo de retirar-se e fechar os olhos sob a proteção dos anjos da guarda.

Efix fez o sinal da cruz e se levantou, mas ainda esperava que chegasse alguém. No entanto, empurrou a tábua que servia de portãozinho e apoiou nela uma grande cruz de bambu que devia impedir duendes e tentações de penetrar na cabana.

O clarão da lua iluminava através das fissuras a sala estreita e baixa nos cantos, mas suficientemente larga para ele, pequeno e descarnado como um adolescente. Do telhado em forma de cone, feito de bambu e junco, que cobria as paredes sem pintura e tinha um buraco no meio para a saída da fumaça, pendiam réstias de cebola e maços de ervas secas, cruces de folhas de tamareiras e ramos bentos de oliveira, um círio pintado, uma foice contra os vampiros e um saquinho de cevada contra as *panas*. A cada sopro,

tudo tremia e as teias de aranha reluziam ao luar. No chão, a jarra repousava lateralmente com suas alças e a caçarola, virada para baixo, dormia a seu lado.

Efix preparou a esteira, mas não se deitou. Parecia-lhe sempre estar ouvindo o barulho dos passos infantis. Alguém certamente estava vindo e, de fato, de repente os cães começaram a latir nos campos vizinhos e toda a paisagem, que poucos momentos antes parecia adormecida entre o murmúrio de preces das vozes noturnas, ficou cheia de ecos e de frêmitos como se acordasse de sobressalto.

Efix abriu novamente a porta. Uma figura negra subia pela encosta onde as favas baixas ondulavam prateadas ao luar e ele, a quem durante a noite até as figuras humanas pareciam misteriosas, fez de novo o sinal da cruz, mas uma voz conhecida o chamou: era a voz fresca, mas um pouco arfante, de um rapaz que morava ao lado da casa das senhoras Pintor.

“Tio Efixê, tio Efixê!”

“O que aconteceu, Zuannantò? Estão bem as minhas senhoras?”

“Estão bem, sim, me parece. Só me mandaram aqui para lhe dizer que volte amanhã cedo para o vilarejo porque elas precisam falar com você. Talvez seja por causa de uma carta amarela que vi nas mãos de dona Noemi. Dona Noemi estava lendo e dona Ruth, com o lenço branco na cabeça, como uma monja, varria o pátio, mas estava parada apoiada na vassoura e escutava.”

“Uma carta? Não sabes de quem é?”

“Eu não; não sei ler, mas minha avó disse que talvez seja do senhor Giacinto, o sobrinho de vossas patroas.”

Sim, Efix imaginava, devia ser isso. No entanto, coçava, pensativo, a bochecha, com a cabeça inclinada, e tinha esperança e temor de estar enganado.

O rapaz tinha se sentado, cansado, na pedra diante da cabana e desamarrava as botinas perguntando se não havia nada para comer.

“Corri como um cabrito: estava com medo dos duendes...”

Efix levantou o rosto trigueiro, duro como uma máscara de bronze, e fitou o rapaz com os olhinhos azulados fundos e envolvidos por rugas: e aqueles olhos vivos brilhantes exprimiam uma angústia infantil.

“Disseram se devo voltar amanhã ou hoje à noite?”

“Amanhã, já lhe disse! E, enquanto você estiver no vilarejo, ficarei aqui a cuidar do sítio.”

O servo estava habituado a obedecer a suas patroas e não fez outras perguntas. Tirou uma cebola da réstia, um pedaço de pão do alforje e, enquanto o rapaz comia, rindo e chorando pelo cheiro forte da cebola, voltaram a conversar. Os personagens mais importantes do vilarejo atravessavam a conversa: primeiro vinha o vigário, depois a irmã do vigário, em seguida o Milese, que tinha se casado com uma filha dela e que, de vendedor ambulante de laranjas e de ânforas, tinha passado a ser o mais rico comerciante do lugar. Na sequência, dom Predu, o prefeito, primo das patroas de Efix. Dom Predu também era rico, mas não tanto quanto o Milese. Depois vinha Kallina, a agiota, rica também, mas de modo misterioso.

“Os ladrões tentaram quebrar a parede dela. Não conseguiram: está enfeitada. E ela ria, hoje de manhã, no pátio da casa, dizendo: ‘mesmo que entrem, encontrarão somente cinzas e pregos, sou pobre como Cristo’. Mas minha avó disse que tia Kallina tem um saquinho cheio de ouro escondido dentro da parede.”

Mas Efix, no fundo, pouco se importava com essas histórias. Deitado na esteira, com uma mão debaixo da axila e a outra sob a bochecha, sentia o coração palpitar e o farfalhar dos juncos das encostas lhe parecia o suspiro de um espírito maléfico.

A carta amarela! Amarelo, cor feia. Quem sabe o que ainda iria acontecer a suas patroas. Já faz vinte anos que, quando algum acontecimento rompe a monotonia da casa dos Pintor, invariavelmente é uma desgraça.

O rapaz também tinha se deitado, mas não estava com vontade de dormir.

“Tio Efix, ainda hoje minha avó estava dizendo que vossas patroas eram ricas como dom Predu. É verdade ou não é?”

“É verdade”, disse o servo, suspirando. “Mas não é hora de lembrar essas coisas. Dorme.”

O rapaz bocejou.

“Mas minha avó conta que, depois que morreu dona Maria Cristina, a santa patroa velha, passou uma espécie de excomunhão na casa delas. É verdade ou não é?”

“Dorme, te digo, não é hora...”

“Mas me deixe falar! É porque dona Lia, vossa patroa mais nova, fugiu? Minha avó disse que você sabe, que ajudou dona Lia a fugir, acompanhou-a até a ponte, onde ela se escondeu até que passou um carro com o qual ela foi até o mar. Lá, embarcou. E dom Zame, o pai dela, vosso patrão, procurou por ela, procurou por ela até

morrer. Morreu lá, junto à ponte. Quem o matou? Minha avó disse que você sabe...”

“Tua avó é uma bruxa! Ela e tu, tu e ela, deixem em paz os mortos!”, gritou Efix, mas sua voz era rouca, e o rapaz riu com insolência.

“Não se exalte que lhe faz mal, tio Efix! Minha avó disse que foi o duende que matou dom Zame. É verdade ou não é?”

Efix não respondeu: fechou os olhos, tapou o ouvido com a mão, mas a voz do rapaz zunia no escuro e lhe parecia a própria voz dos espíritos do passado.

E, aos poucos, todos eles começam a se aproximar e penetram pelas fissuras como os raios da lua: dona Maria Cristina, bela e calma como uma santa; dom Zame, vermelho e violento como o diabo; as quatro filhas, que no rosto pálido têm a serenidade da mãe e, no fundo dos olhos, a chama do pai; os servos, as servas, os parentes, os amigos, todos que invadem a casa rica dos descendentes do barão do distrito. Mas passa o vento da desgraça e as pessoas se dispersam como as nuvenzinhas no céu em torno da lua quando sopra a tramontana.

Dona Cristina está morta, o rosto pálido das filhas perde um pouco da serenidade e cresce a chama no fundo dos olhos: cresce à medida que dom Zame, depois da morte da mulher, adquire cada vez mais o aspecto arrogante dos barões, seus antepassados, e, como estes, mantém as quatro moças fechadas dentro de casa, à espera de maridos dignos delas. E, como escravas, elas devem trabalhar, fazer o pão, tecer, costurar, cozinhar, saber cuidar de suas coisas; e, sobretudo, não devem erguer os olhos diante dos homens nem se permitir pensar em algum que não seja o esposo a elas destinado. Mas os anos se passavam e o esposo não vinha. E, quanto mais as filhas envelheciam, mais dom Zame exigia delas uma constante severidade de costumes. Ai delas se ele as visse na janela que dava para o beco atrás da casa, ou se saíssem sem sua permissão. Estapeava-as, cumulando-as de impropérios, e ameaçava de morte os jovens que passavam duas vezes seguidas pelo beco.

Enquanto isso, ele passava os dias a vagar pelo povoado ou sentado no banco de pedras diante da loja da irmã do vigário. As pessoas se esquivavam ao vê-lo, de tanto medo que tinham de sua língua. Ele brigava com todo mundo e era tão invejoso do bem alheio que, ao passar por um belo sítio, dizia: “que as brigas te devorem”. Mas as brigas acabaram por devorar suas próprias terras, e uma desgraça inédita o atingiu repentinamente,

como um castigo de Deus por sua soberba e seus preconceitos: dona Lia, a terceira de suas filhas, desapareceu uma noite da casa paterna e por muito tempo não se soube mais nada dela. Uma sombra de morte recaiu sobre a casa. Nunca no vilarejo ocorrera um escândalo igual: nunca uma jovem nobre e bem-educada como Lia havia fugido de casa. Dom Zame dava a impressão de ter enlouquecido, corria de cá para lá por todos os arrabaldes e ao longo da costa à procura de Lia; mas ninguém soube lhe dar alguma notícia dela. Por fim, ela escreveu às irmãs dizendo que se encontrava em lugar seguro e que estava contente por ter arrependido seus grilhões. As irmãs, porém, não perdoaram, não responderam. Dom Zame tinha se tornado mais tirânico com elas. Vendia as sobras de seu patrimônio, maltratava o servo, aborrecia meio mundo com suas queixas, viajava sempre com a esperança de localizar sua filha e reconduzi-la a casa. A sombra da desonra que recaía sobre ele e sobre a família toda, por causa da fuga de Lia, pesava-lhe como um manto de condenado. Numa manhã, foi encontrado morto na estrada, sobre a ponte para lá do vilarejo. Deve ter morrido de síncope, porque não apresentava nenhum sinal de violência, apenas uma pequena mancha verde no pescoço, debaixo da nuca. As pessoas disseram que talvez dom Zame tivesse brigado com alguém e sido assassinado a pauladas, mas, com o tempo, essas vozes calaram-se e predominou a certeza de que ele morreu de desgosto pela fuga da filha.

Lia, nesse ínterim, enquanto as irmãs desonradas por sua fuga não encontravam marido, escreveu anunciando seu casamento. O marido era um comerciante de gado com quem ela tinha topado por acaso durante sua viagem de fuga: viviam em Civitavecchia com certa fartura, logo iam ter um filho.

As irmãs não lhe perdoaram esse novo erro: o casamento com um plebeu encontrado dessa maneira tão triste. E não responderam.

Algum tempo depois, Lia escreveu mais uma vez anunciando o nascimento de Giacinto. Elas mandaram um presente ao sobrinho, mas não escreveram à mãe.

E os anos passaram. Giacinto cresceu e, todo ano, na Páscoa e no Natal, escrevia às tias, e as tias lhe mandavam um presente. Uma vez escreveu que estudava; outra vez, que queria entrar na marinha; outra, ainda, que tinha encontrado um emprego; depois comunicou a morte de seu pai, depois a morte de sua mãe; por fim, expressou o desejo de visitá-las e de se estabelecer com elas, caso encontrasse trabalho no vilarejo. Seu modesto emprego no

escritório da alfândega não lhe agradava: era humilde e maçante, consumia-lhe a juventude. E ele amava a vida de trabalho, sim, mas simples, ao ar livre. Todos o aconselhavam a ir para a ilha de sua mãe, para tentar a sorte com um trabalho honesto.

As tias começaram a discutir e, quanto mais discutiam, menos se entendiam.

“Trabalhar?”, dizia dona Ruth, a mais calma. Mas se o pequeno vilarejo não proporcionava recursos nem mesmo aos que tinham nascido ali?

Dona Ester, ao contrário, via com bons olhos os projetos do sobrinho, enquanto dona Noemi, a mais jovem, sorria, fria e zombeteira.

“Ele provavelmente crê que vem aqui para ser o patrão. Que venha, que venha! Virá pescar no rio...”

“Ele mesmo disse que quer trabalhar, Noemi, minha irmã! Trabalhará, portanto: será comerciante como o pai.”

“Então deveria ter sido antes. Nossos parentes nunca compraram bois.”

“Outros tempos, Noemi, minha irmã! Afinal, os senhores são justamente os comerciantes hoje. Vês o Milese? Ele diz: o barão de Galte agora sou eu.”

Noemi ria, com um olhar maldoso nos olhos profundos, e seu riso desencorajava dona Ester mais do que todos os argumentos da outra irmã.

Todos os dias era a mesma história: o nome de Giacinto ressoava por toda a casa, e, mesmo quando as três irmãs se calavam, ele estava no meio delas, como, aliás, esteve sempre, desde o dia de seu nascimento, e sua figura desconhecida enchia de vida a casa em ruínas.

Efix não se lembrava de ter tomado parte diretamente nas discussões de suas patroas: não ousava, antes de tudo, porque elas não o interpelavam e, depois, para não ter escrúpulos de consciência. Mas ele desejava que o rapaz viesse.

Ele o amava, sempre o tinha amado como uma pessoa da família.

Após a morte de dom Zame, ele ficou com as três senhoras para ajudá-las a resolver seus negócios complicados. Os parentes não as ajudavam, aliás, as desprezavam e as evitavam; elas sabiam apenas fazer os trabalhos domésticos e nem sequer conheciam o sítio, último remanescente do patrimônio que tinham.

“Ficarei mais um ano a serviço delas”, dissera Efix, movido por pena do abandono em que se encontravam. E ficou vinte anos.

As três mulheres viviam da renda do sítio que ele cultivava.

Nas safras magras, dona Ester dizia ao servo, no momento de pagá-lo (30 escudos ao ano e um par de botinas):

“Tem paciência, pelo amor de Cristo; o teu não te faltará.”

E ele tinha paciência, e seu crédito aumentava ano após ano, tanto que dona Ester, um pouco por brincadeira, um pouco a sério, prometia-lhe deixá-lo como herdeiro da propriedade rural e da casa, apesar de ele ser mais velho que elas.

Velho, a essa altura, e fraco; mas era sempre um homem, e sua sombra ainda era suficiente para proteger as três mulheres.

Agora era ele que sonhava para elas a boa sorte: se ao menos Noemi encontrasse marido! E se a carta amarela, no final das contas, trouxesse uma boa notícia? Se anunciasse uma herança? Se fosse justamente um pedido de casamento para Noemi? As senhoras Pintor ainda tinham parentes ricos em Sassari e em Nuoro: por que um deles não podia se casar com Noemi? O próprio dom Predu podia ter escrito a carta amarela...

E eis que, na imaginação cansada do servo, as coisas, de repente, mudam de aspecto como da noite para o dia. Tudo é luz, suavidade: suas nobres patroas rejuvenescem, alçam voo como águias que readquiriram as penas, a casa ressurgiu das ruínas e tudo ao redor refloresce como o vale na primavera.

E a ele, ao pobre servo, só resta recolher-se para o resto da vida no sítio, desenrolar a esteira e descansar com Deus, enquanto, no silêncio da noite, os juncos sussurram a oração da terra que adormece.